

Inúmeros são os desafios da educação superior. Um deles, talvez por sua obviedade, tende a passar despercebido. É que nesse nível de ensino, adultos se formam “com” adultos. Nesse sentido, um dos legados de Paulo Freire, que será aqui objeto de discussão, é o de ter inspirado uma concepção descolonizadora do ensino com adultos, traduzida na ideia de que se aprende em comunhão. Esse princípio pedagógico encontra-se subjacente aos enfoques atuais de cooperação, inteligência coletiva e acompanhamento.

A maioria dos artigos reunidos neste número da *Revista Brasileira de Educação* focaliza o ensino superior sob essa ótica, centrada, portanto, nas relações interpessoais que se estabelecem, logicamente entre adultos, no ambiente universitário. Os textos se debruçam sobre a percepção do outro, levantando temáticas relacionadas à aprendizagem colaborativa, às estratégias de ensino menos verticalizadas, à formação de professores, de intelectuais, assim como às situações de discriminação étnica e de gênero vinculadas a programas de mobilidade acadêmica. Temáticas atuais e pertinentes que contribuem diretamente para as políticas de formação docente, para a qualidade do ensino superior, para os programas de internacionalização e para o uso de novas tecnologias no atual contexto acadêmico.

Os temas de aprendizagem colaborativa, interação em rede e relacionamentos mais simétricos são abordados em três artigos. O primeiro deles, “A percepção do outro no ambiente virtual de aprendizagem: presença social e suas implicações para EaD”, de Willyans Garcia Coelho e Patrícia Cabral de Azevedo Restelli Tedesco, discute a aprendizagem colaborativa no âmbito da Educação a Distância (EaD), tomando como categoria central a noção de presença social, entendida como os modos adotados pelas pessoas para interagir com o outro, em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). As reflexões indicam que estudar o nível de presença social nesses ambientes torna-se fundamental para otimizar a aprendizagem colaborativa na EaD. O segundo artigo, “Em busca de uma abordagem mais simétrica para a ZDP na formação de professores”, de autoria de pesquisadores de universidades brasileira, canadense e norueguesa, toma como base a noção de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) para estudar as interações sociais entre um professor novato e uma formadora. A originalidade da proposta é teorizar o aprendizado em termos simétricos e não assimétricos, em que um par mais competente mediará a aprendizagem. O artigo mostra que os papéis de professor e aprendente não coincidem com posições hierárquicas institucionais, e que as aprendizagens se realizam em relações cogerativas, dialéticas, de coensino. O terceiro texto, “El trabajo colaborativo en red impulsor del desarrollo profesional del profesorado”, de Maria José Navarro Montaña, Antonia López Martínez e Maria Elena Hernández de la Torre, apresenta um estudo de caso sobre aprendizagem colaborativa entre profissionais da educação com foco em alunos com autismo. O estudo foi realizado com um grupo de onze professores que contrastavam, entre eles, suas estratégias de intervenção educativa junto a esses alunos. Os resultados indicam que o trabalho colaborativo, planejado e em rede, oferece segurança profissional aos participantes, propiciando-lhes a consecução de objetivos comuns e mais garantia de qualidade diante de desafios específicos.

A percepção do outro no contexto universitário é também tema de discussão relevante em dois artigos sobre mobilidade acadêmica internacional, programas criados com base no ideário de um projeto humanista. Os artigos revelam visões opostas da experiência de mobilidade internacional para os participantes desses programas. Adolfo Pizzinato, Cristiano Hamann, Yasmine Mazzoni Jalmusny e Pedro de Castro Tedesco, no artigo, “Aspectos étnico-raciais e de gênero na inserção universitária de jovens africanas no Brasil”, problematizam a inserção de alunas oriundas de diferentes países da África que participavam do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Ao narrarem suas trajetórias e seus projetos profissionais, essas jovens universitárias afirmam ter vivido, na universidade brasileira que as recebeu, experiências de discriminação racista, de sexismo e de xenofobia contraditórias, em primeiro lugar, com as representações, que elas traziam consigo, do Brasil como uma democracia racial, e, em segundo lugar, com os costumes de seus países de origem.

O segundo artigo, “Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes”, de Adriana Leônidas de Oliveira e Maria Ester de Freitas, tematiza experiências de adaptação de alunos e professores universitários brasileiros em programas de mobilidade, levantando aspectos desafiadores e facilitadores de adaptação sociocultural. Emerge como um dos maiores desafios a barreira linguística e, contrariamente ao artigo anterior, entre os aspectos facilitadores, destacam-se as trocas com outros intercambistas e o apoio dos professores. De modo geral, as experiências de mobilidade favorecem a construção de um importante capital simbólico, de competências pessoais, interculturais, profissionais e acadêmicas.

Embora não sejam os únicos caminhos para o enfrentamento de crises e dissidências, por parte de alunos e professores, a preocupação com aulas mais atrativas e o cuidado com uma formação docente adequada ao ensino superior se apresentam como medidas suscetíveis de modificar esse quadro. O artigo “As aulas de graduação em uma universidade pública federal: planejamento, estratégias didáticas e engajamento dos estudantes”, da autoria de Eliane Ferreira de Sá e colaboradores, traz uma importante discussão sobre as estratégias pedagógicas mais citadas por professores de diversas áreas do conhecimento. As análises revelam que predominam as aulas expositivas e que seu planejamento, para muitos professores, é uma atividade mais voltada para a organização do conteúdo do que para os objetivos de ensino. Admite-se, em conclusão, que o engajamento de estudantes está diretamente relacionado às estratégias utilizadas pelos professores e à forma como planejam, ou não, aulas mais atrativas. Uma formação diferenciada para o magistério no ensino superior é abordada por Wagner Rodrigues Silva, no artigo “Formação sustentável do professor no mestrado profissional”. Partindo da indagação: “Como formar professores para o ensino básico?”, o autor põe em debate uma formação sustentável do professor no contexto do mestrado profissional, defendendo, por um lado, que essa modalidade propõe a superação de práticas acadêmicas excessivamente teóricas, e, por outro, que a opção pela indisciplina legitimaria conhecimentos práticos, como o letramento científico e acadêmico, em uma perspectiva de trabalho compartilhado entre os professores.

Dois artigos discutem o ensino superior no Brasil do ponto de vista histórico. O primeiro concerne à Escola Superior de Guerra, no período da Ditadura Militar (1964-1988), o segundo busca as origens da tríplice missão da universidade — pesquisa,

ensino e extensão — entre 1926 e 1988, na Universidade Federal de Viçosa. No primeiro artigo: “A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964–1988)”, Jaime Valim Mansan analisa as disputas travadas no plano simbólico sobre as ações de controle social praticadas após 1964. O artigo faz uma reflexão sobre os fundamentos de iniciativas adotadas pela Escola Superior de Guerra (ESG), que, considerada como segmento social estratégico, assume a missão de “combater a subversão”, mediante a formação de intelectuais na educação superior, como uma de suas prioridades. O segundo artigo, “Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926–1988)”, de Maria Gontijo Castro e Daniela Alves de Alves, situa, na perspectiva de uma análise histórica, a gênese desse tripé da universidade brasileira na UFV. A abordagem adota um duplo direcionamento analítico, possibilitando identificar, por um lado, a distinção entre o sentido funcionalizado que orientou a implementação dessa trilogia no projeto institucional da UFV e, por outro, o sentido social e político dessa trilogia para as universidades brasileiras, desde a sua afirmação como princípio constitucional, a partir de 1988.

A preocupação com a avaliação de professores constitui um dos grandes desafios da educação superior. Esse tema é tratado no artigo “Construção e estudo de evidências de validade da Escala de Avaliação Docente (EADoc)”, de autoria de Mônia Aparecida Silva e colaboradores. Os autores apresentam a construção e as evidências de validade da Escala de Avaliação Docente (EADoc), desenvolvida com base na revisão da literatura e em entrevistas realizadas com estudantes de graduação. A escala foi avaliada quanto às evidências de validade de conteúdo e, em seguida, quanto à legitimidade de construto e fidedignidade. A matriz de correlação tetracórica foi, por sua vez, submetida a análises fatoriais exploratórias e utilizou-se o método Hull para a decisão do número de dimensões a serem retidas. O texto explicita em detalhes os procedimentos de análise, os índices retidos, os testes realizados e as correlações obtidas. Consta-se a validade do método Hull como procedimento de análise e de medidas de fidedignidade, e considera-se que a EADoc pode auxiliar na avaliação de práticas da educação superior no Brasil.

O artigo intitulado “O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada”, de Remo Moreira Brito Bastos, embora não trate do ensino superior, é de interesse para a universidade por se voltar para uma análise de êxito de um sistema educacional em um plano internacional. Com base em fontes abalizadas, o artigo aborda o reconhecimento internacional do sistema educacional da Finlândia pelo êxito obtido por seus estudantes nos testes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Destacam-se os fatores que contribuem para a consistência de tais resultados e admite-se, em conclusão, que existem sistemas educacionais alternativos exitosos, que, se opondo ao padrão corporativo global de educação, podem apresentar parâmetros educacionais para outros países.

Na seção Espaço Aberto, Flávio Brayner, no artigo “Paulofreireanismo: instituindo uma teologia laica?”, adota um posicionamento crítico quanto a certas apropriações do legado de Paulo Freire, partindo do seguinte questionamento: “por que ainda somos freireanos?”, se nem sequer desconfiamos que a resposta deixou de ser pedagógica? O autor analisa o amplo processo de institucionalização do pensamento de Paulo Freire, desde o “culto à personalidade do Mestre, até sua entronização como Patrono da educação nacional, ou marco de referência das políticas públicas federais”.

Admite que a institucionalização do que denomina de “paulofreireanismo” corresponde à crescente perda de uma razão subversiva, descolonizadora, que caracteriza o pensamento de Paulo Freire, na direção de uma teologia laica.

A resenha proposta por Flaviana das Mercês Ribeiro, em consonância com os diversos textos dedicados ao ensino superior, fecha este número com uma reflexão sobre o livro *Profissão docente na educação superior: múltiplos enfoques*, organizado por Geovana Ferreira Melo e Silvana Malusá. Em conjunto, os dez capítulos do livro têm como propósito apresentar reflexões sobre a docência na educação superior e tecnológica no que se refere à formação, aos saberes, às práticas, à identidade docente, às condições de trabalho, ao adocimento e ao desenvolvimento profissional. As pesquisas apontam para a necessidade de políticas públicas que provoquem mudanças que assegurem a qualidade da educação com base em uma formação docente ainda mais qualificada e com melhores condições de trabalho, suscetíveis de renovar o encanto e a paixão pela docência.

Com este número, a Comissão Editorial da RBE se despede dessa conversa inicial com seus/suas leitores(as) para dar início a outras dinâmicas de leitura da revista e de circulação de conhecimentos, experiências e posicionamentos expressos nos artigos. Com novas opções em sua linha editorial, espera-se maior celeridade na socialização dos textos aprovados para publicação, favorecendo ainda mais o acesso à atualidade da produção científica sobre a pesquisa educacional.

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Carlos Bernardo Skliar

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina

Cláudia Ribeiro Bellochio

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Laura Cristina Vieira Pizzi

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil

Marcelo Andrade

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marcus Levy Bencostta

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Maria da Conceição Passeggi

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Marília Gouvea de Miranda

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Rio de Janeiro, julho de 2017.